

XV CONCURSO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª REGIÃO – CESPE - 2013

QUESTÃO 49

Considerando a teoria da prova no processo civil, assinale a opção correta.

- A) O ônus probatório é matéria de ordem pública, razão pela qual é vedado às partes, por convenção, fazer distribuição de forma diferente da prevista, ainda que se trate de direito disponível.*
- B) A teoria da distribuição dinâmica da prova estabelece a incumbência da prova a quem, pelas circunstâncias reais do caso concreto, tenha melhores condições de produzi-la.*
- C) Viola o princípio da imparcialidade a aplicação, pelo julgador, quando da apreciação das provas, das chamadas regras de experiência.*
- D) A distribuição do ônus probatório é regra de procedimento, cuja previsão expressa na legislação processual importa apenas para fins de estruturação do processo.*
- E) O MP só poderá produzir prova em juízo quando atuar como parte ou como substituto processual, cabendo ao julgador indeferir o pedido de produção probatória quando o requerimento do parquet for formulado na condição de fiscal da lei.*

CPC-1973

Art. 333. *O ônus da prova incumbe:*

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

Parágrafo único. *É nula a convenção que distribui de maneira diversa o ônus da prova quando:*

I - recair sobre direito indisponível da parte;

II - tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.

XV CONCURSO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª REGIÃO – CESPE - 2013

QUESTÃO 49

Considerando a teoria da prova no processo civil, assinale a opção correta.

- A) O ônus probatório é matéria de ordem pública, razão pela qual é vedado às partes, por convenção, fazer distribuição de forma diferente da prevista, ainda que se trate de direito disponível.*
- B) A teoria da distribuição dinâmica da prova estabelece a incumbência da prova a quem, pelas circunstâncias reais do caso concreto, tenha melhores condições de produzi-la.*
- C) Viola o princípio da imparcialidade a aplicação, pelo julgador, quando da apreciação das provas, das chamadas regras de experiência.*
- D) A distribuição do ônus probatório é regra de procedimento, cuja previsão expressa na legislação processual importa apenas para fins de estruturação do processo.*
- E) O MP só poderá produzir prova em juízo quando atuar como parte ou como substituto processual, cabendo ao julgador indeferir o pedido de produção probatória quando o requerimento do parquet for formulado na condição de fiscal da lei.*

DISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS DA PROVA

Teoria da distribuição **estática** do ônus da prova: distribuição prévia e abstrata do encargo probatório (CPC-1973, art. 333, “caput”).

Teoria da distribuição **dinâmica** do ônus da prova: a prova incumbe a quem tem condições de melhor produzi-la, à luz das circunstâncias do caso concreto (CPC-2015, art. 373, § 1º).

XV CONCURSO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª REGIÃO – CESPE - 2013

QUESTÃO 49

Considerando a teoria da prova no processo civil, assinale a opção correta.

- A) O ônus probatório é matéria de ordem pública, razão pela qual é vedado às partes, por convenção, fazer distribuição de forma diferente da prevista, ainda que se trate de direito disponível.*
- B) A teoria da distribuição dinâmica da prova estabelece a incumbência da prova a quem, pelas circunstâncias reais do caso concreto, tenha melhores condições de produzi-la.*
- C) Viola o princípio da imparcialidade a aplicação, pelo julgador, quando da apreciação das provas, das chamadas regras de experiência.*
- D) A distribuição do ônus probatório é regra de procedimento, cuja previsão expressa na legislação processual importa apenas para fins de estruturação do processo.*
- E) O MP só poderá produzir prova em juízo quando atuar como parte ou como substituto processual, cabendo ao julgador indeferir o pedido de produção probatória quando o requerimento do parquet for formulado na condição de fiscal da lei.*

CPC-1973

Art. 335. *Em falta de normas jurídicas particulares, o juiz aplicará as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece e ainda as regras da experiência técnica, ressalvado, quanto a esta, o exame pericial.*

XV CONCURSO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª REGIÃO – CESPE - 2013

QUESTÃO 49

Considerando a teoria da prova no processo civil, assinale a opção correta.

- A) O ônus probatório é matéria de ordem pública, razão pela qual é vedado às partes, por convenção, fazer distribuição de forma diferente da prevista, ainda que se trate de direito disponível.*
- B) A teoria da distribuição dinâmica da prova estabelece a incumbência da prova a quem, pelas circunstâncias reais do caso concreto, tenha melhores condições de produzi-la.*
- C) Viola o princípio da imparcialidade a aplicação, pelo julgador, quando da apreciação das provas, das chamadas regras de experiência.*
- D) A distribuição do ônus probatório é regra de procedimento, cuja previsão expressa na legislação processual importa apenas para fins de estruturação do processo.*
- E) O MP só poderá produzir prova em juízo quando atuar como parte ou como substituto processual, cabendo ao julgador indeferir o pedido de produção probatória quando o requerimento do parquet for formulado na condição de fiscal da lei.*

***AS REGRAS DO ÔNUS DA PROVA SÃO REGRAS DE JULGAMENTO
DE APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA***

- orientam a posição que o órgão julgador deve adotar diante de uma situação em que determinada alegação fática não restou provada;*
- não determinam quem deve produzir a prova, mas quem arca com o ônus de a prova não haver sido produzida.*

XV CONCURSO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª REGIÃO – CESPE - 2013

QUESTÃO 49

Considerando a teoria da prova no processo civil, assinale a opção correta.

- A) O ônus probatório é matéria de ordem pública, razão pela qual é vedado às partes, por convenção, fazer distribuição de forma diferente da prevista, ainda que se trate de direito disponível.*
- B) A teoria da distribuição dinâmica da prova estabelece a incumbência da prova a quem, pelas circunstâncias reais do caso concreto, tenha melhores condições de produzi-la.*
- C) Viola o princípio da imparcialidade a aplicação, pelo julgador, quando da apreciação das provas, das chamadas regras de experiência.*
- D) A distribuição do ônus probatório é regra de procedimento, cuja previsão expressa na legislação processual importa apenas para fins de estruturação do processo.*
- E) O MP só poderá produzir prova em juízo quando atuar como parte ou como substituto processual, cabendo ao julgador indeferir o pedido de produção probatória quando o requerimento do parquet for formulado na condição de fiscal da lei.*

CPC-1973

Art. 83. *Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público:*


I - terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo;

*II - poderá juntar documentos e certidões, **produzir prova em audiência e requerer medidas ou diligências necessárias ao descobrimento da verdade.***

XV CONCURSO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª REGIÃO – CESPE - 2013

QUESTÃO 49

Considerando a teoria da prova no processo civil, assinale a opção correta.

- A) O ônus probatório é matéria de ordem pública, razão pela qual é vedado às partes, por convenção, fazer distribuição de forma diferente da prevista, ainda que se trate de direito disponível.*
-  *B) A teoria da distribuição dinâmica da prova estabelece a incumbência da prova a quem, pelas circunstâncias reais do caso concreto, tenha melhores condições de produzi-la.*
- C) Viola o princípio da imparcialidade a aplicação, pelo julgador, quando da apreciação das provas, das chamadas regras de experiência.*
- D) A distribuição do ônus probatório é regra de procedimento, cuja previsão expressa na legislação processual importa apenas para fins de estruturação do processo.*
- E) O MP só poderá produzir prova em juízo quando atuar como parte ou como substituto processual, cabendo ao julgador indeferir o pedido de produção probatória quando o requerimento do parquet for formulado na condição de fiscal da lei.*

XV CONCURSO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª REGIÃO – CESPE - 2013

QUESTÃO 50

No que tange aos recursos no sistema processual civil, assinale a opção correta.

- A) Se o STF admitir a repercussão geral em recurso extraordinário (RE), deve o juiz de primeiro grau, independentemente de determinação do relator do RE, sobrestar todos os processos que tenham por objeto matéria idêntica à tratada na repercussão geral, aguardando a solução definitiva pelo STF.*
- B) A interposição de embargos de declaração gera, apenas para a parte que os interpôs, a interrupção do prazo para outros recursos.*
- C) Os embargos infringentes são admissíveis contra todo acórdão não unânime proferido em apelação ou ação rescisória, sendo que, quando o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência.*
- D) A possibilidade de apresentação de recurso adesivo pela parte que já apresentou recurso autônomo no prazo legal é uma exceção à regra da preclusão consumativa.*
- E) O reconhecimento pelo tribunal ad quem de erro in procedendo na sentença recorrida acarretará a sua cassação.*

CPC-1973

Art. 543-B. *Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica controvérsia, a análise da repercussão geral será processada nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, observado o disposto neste artigo.:*

§ 1º *Caberá ao **Tribunal de origem** selecionar um ou mais **recursos representativos da controvérsia** e encaminhá-los ao Supremo Tribunal Federal, **sobrestando os demais** até o pronunciamento definitivo da Corte.*

*PROCESSO – MATÉRIA DE FUNDO – REPERCUSSÃO GERAL – ORGANICIDADE DO DIREITO INSTRUMENTAL – SOBRESTAMENTO. Uma vez constatada a admissibilidade da repercussão geral da matéria em discussão, cumpre sobrestar autos e processos que a envolvam, **pouco importando a pendência deste ou daquele recurso.***

(RE 511696 AgR-ED-ED, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Relator(a) p/ Acórdão: Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 01/02/2011, DJe-073 DIVULG 15-04-2011 PUBLIC 18-04-2011 EMENT VOL-02505-01 PP-00089)

XV CONCURSO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª REGIÃO – CESPE - 2013

QUESTÃO 50

No que tange aos recursos no sistema processual civil, assinale a opção correta.

- A) Se o STF admitir a repercussão geral em recurso extraordinário (RE), deve o juiz de primeiro grau, independentemente de determinação do relator do RE, sobrestar todos os processos que tenham por objeto matéria idêntica à tratada na repercussão geral, aguardando a solução definitiva pelo STF.*
- B) A interposição de embargos de declaração gera, apenas para a parte que os interpôs, a interrupção do prazo para outros recursos.*
- C) Os embargos infringentes são admissíveis contra todo acórdão não unânime proferido em apelação ou ação rescisória, sendo que, quando o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência.*
- D) A possibilidade de apresentação de recurso adesivo pela parte que já apresentou recurso autônomo no prazo legal é uma exceção à regra da preclusão consumativa.*
- E) O reconhecimento pelo tribunal ad quem de erro in procedendo na sentença recorrida acarretará a sua cassação.*

CPC-1973

Art. 538. *Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, **por qualquer das partes.***

XV CONCURSO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª REGIÃO – CESPE - 2013

QUESTÃO 50

No que tange aos recursos no sistema processual civil, assinale a opção correta.

- A) Se o STF admitir a repercussão geral em recurso extraordinário (RE), deve o juiz de primeiro grau, independentemente de determinação do relator do RE, sobrestar todos os processos que tenham por objeto matéria idêntica à tratada na repercussão geral, aguardando a solução definitiva pelo STF.*
- B) A interposição de embargos de declaração gera, apenas para a parte que os interpôs, a interrupção do prazo para outros recursos.*
- C) Os embargos infringentes são admissíveis contra todo acórdão não unânime proferido em apelação ou ação rescisória, sendo que, quando o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência.*
- D) A possibilidade de apresentação de recurso adesivo pela parte que já apresentou recurso autônomo no prazo legal é uma exceção à regra da preclusão consumativa.*
- E) O reconhecimento pelo tribunal ad quem de erro in procedendo na sentença recorrida acarretará a sua cassação.*

CPC-1973

Art. 530. *Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime **houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito**, ou houver julgado procedente ação rescisória. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência.*

XV CONCURSO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª REGIÃO – CESPE - 2013

QUESTÃO 50

No que tange aos recursos no sistema processual civil, assinale a opção correta.

- A) Se o STF admitir a repercussão geral em recurso extraordinário (RE), deve o juiz de primeiro grau, independentemente de determinação do relator do RE, sobrestar todos os processos que tenham por objeto matéria idêntica à tratada na repercussão geral, aguardando a solução definitiva pelo STF.*
- B) A interposição de embargos de declaração gera, apenas para a parte que os interpôs, a interrupção do prazo para outros recursos.*
- C) Os embargos infringentes são admissíveis contra todo acórdão não unânime proferido em apelação ou ação rescisória, sendo que, quando o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência.*
- D) A possibilidade de apresentação de recurso adesivo pela parte que já apresentou recurso autônomo no prazo legal é uma exceção à regra da preclusão consumativa.*
- E) O reconhecimento pelo tribunal ad quem de erro in procedendo na sentença recorrida acarretará a sua cassação.*

CLASSIFICAÇÃO DAS PRECLUSÕES:

PRECLUSÃO TEMPORAL: a impossibilidade da prática do ato é efeito do decurso do tempo ex.: art. 183, “caput”).

PRECLUSÃO LÓGICA: a impossibilidade da prática do ato é efeito da prática de ato anterior, incompatível com o ato que se quer praticar (ex.: art. 503 e seu parágrafo único).

PRECLUSÃO CONSUMATIVA: a impossibilidade da prática do ato é efeito da prática de ato anterior, que esgotou, positiva ou negativamente, os efeitos do ato que se quer praticar (art. 158, “caput”).

PRECLUSÃO-SANÇÃO OU PRECLUSÃO PUNITIVA: a impossibilidade de praticar o ato é efeito da prática de um ato ilícito anterior (exs.: arts. 343, § 2º, e 881, “caput”).

XV CONCURSO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª REGIÃO – CESPE - 2013

QUESTÃO 50

No que tange aos recursos no sistema processual civil, assinale a opção correta.

- A) Se o STF admitir a repercussão geral em recurso extraordinário (RE), deve o juiz de primeiro grau, independentemente de determinação do relator do RE, sobrestar todos os processos que tenham por objeto matéria idêntica à tratada na repercussão geral, aguardando a solução definitiva pelo STF.*
- B) A interposição de embargos de declaração gera, apenas para a parte que os interpôs, a interrupção do prazo para outros recursos.*
- C) Os embargos infringentes são admissíveis contra todo acórdão não unânime proferido em apelação ou ação rescisória, sendo que, quando o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência.*
- D) A possibilidade de apresentação de recurso adesivo pela parte que já apresentou recurso autônomo no prazo legal é uma exceção à regra da preclusão consumativa.*
- E) O reconhecimento pelo tribunal ad quem de “error in procedendo” na sentença recorrida acarretará a sua cassação.*

XV CONCURSO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª REGIÃO – CESPE - 2013

QUESTÃO 50

No que tange aos recursos no sistema processual civil, assinale a opção correta.

- A) Se o STF admitir a repercussão geral em recurso extraordinário (RE), deve o juiz de primeiro grau, independentemente de determinação do relator do RE, sobrestar todos os processos que tenham por objeto matéria idêntica à tratada na repercussão geral, aguardando a solução definitiva pelo STF.*
- B) A interposição de embargos de declaração gera, apenas para a parte que os interpôs, a interrupção do prazo para outros recursos.*
- C) Os embargos infringentes são admissíveis contra todo acórdão não unânime proferido em apelação ou ação rescisória, sendo que, quando o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência.*
- D) A possibilidade de apresentação de recurso adesivo pela parte que já apresentou recurso autônomo no prazo legal é uma exceção à regra da preclusão consumativa.*
- E) O reconhecimento pelo tribunal ad quem de “error in procedendo” na sentença recorrida acarretará a sua cassação.*



XV CONCURSO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª REGIÃO – CESPE - 2013

QUESTÃO 51

Assinale a opção correta com relação ao processo de execução.

- A) Na execução por quantia certa fundada em título extrajudicial, é de quinze dias o prazo para que o executado ofereça embargos do devedor, contados da juntada, aos autos, da intimação da penhora realizada.*
- B) A regra de que a competência para julgamento dos embargos do devedor, na execução por carta precatória, deva ocorrer pelo juiz deprecante é excepcionada para a hipótese de embargos, apresentados no juízo deprecado, que versem unicamente sobre vícios da penhora.*
- C) Se o julgador verificar que os bens penhorados são suficientes para a satisfação integral do crédito da parte exequente, poderá valer-se do poder geral de cautela e determinar, de ofício, a adjudicação dos bens em favor do credor.*
- D) A fixação de multa como meio de coerção para o cumprimento de obrigação de fazer (astreintes) é possível exclusivamente na hipótese de execução de título judicial.*
- E) Na execução por quantia certa contra a fazenda pública, o juiz requisitará o pagamento por intermédio do presidente do tribunal. Feita a requisição, competirá ao juiz da execução, após ouvido o MP, determinar o sequestro de bens quando preterida a ordem de pagamento dos precatórios.*

CPC-1973

Art. 738. Os embargos serão oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação.

XV CONCURSO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª REGIÃO – CESPE - 2013

QUESTÃO 51

Assinale a opção correta com relação ao processo de execução.

- A) Na execução por quantia certa fundada em título extrajudicial, é de quinze dias o prazo para que o executado ofereça embargos do devedor, contados da juntada, aos autos, da intimação da penhora realizada.*
- B) A regra de que a competência para julgamento dos embargos do devedor, na execução por carta precatória, deva ocorrer pelo juiz deprecante é excepcionada para a hipótese de embargos, apresentados no juízo deprecado, que versem unicamente sobre vícios da penhora.*
- C) Se o julgador verificar que os bens penhorados são suficientes para a satisfação integral do crédito da parte exequente, poderá valer-se do poder geral de cautela e determinar, de ofício, a adjudicação dos bens em favor do credor.*
- D) A fixação de multa como meio de coerção para o cumprimento de obrigação de fazer (astreintes) é possível exclusivamente na hipótese de execução de título judicial.*
- E) Na execução por quantia certa contra a fazenda pública, o juiz requisitará o pagamento por intermédio do presidente do tribunal. Feita a requisição, competirá ao juiz da execução, após ouvido o MP, determinar o sequestro de bens quando preterida a ordem de pagamento dos precatórios.*

CPC-1973

Art. 658. *Se o devedor não tiver bens no foro da causa, far-se-á a execução por carta, penhorando-se, avaliando-se e alienando-se os bens no foro da situação (art. 747).*

Art. 747. *Na execução por carta, os embargos serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, **salvo se versarem unicamente vícios ou defeitos da penhora, avaliação ou alienação dos bens.***

XV CONCURSO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª REGIÃO – CESPE - 2013

QUESTÃO 51

Assinale a opção correta com relação ao processo de execução.

- A) Na execução por quantia certa fundada em título extrajudicial, é de quinze dias o prazo para que o executado ofereça embargos do devedor, contados da juntada, aos autos, da intimação da penhora realizada.*
- B) A regra de que a competência para julgamento dos embargos do devedor, na execução por carta precatória, deva ocorrer pelo juiz deprecante é excepcionada para a hipótese de embargos, apresentados no juízo deprecado, que versem unicamente sobre vícios da penhora.*
- C) Se o julgador verificar que os bens penhorados são suficientes para a satisfação integral do crédito da parte exequente, poderá valer-se do poder geral de cautela e determinar, de ofício, a adjudicação dos bens em favor do credor.*
- D) A fixação de multa como meio de coerção para o cumprimento de obrigação de fazer (astreintes) é possível exclusivamente na hipótese de execução de título judicial.*
- E) Na execução por quantia certa contra a fazenda pública, o juiz requisitará o pagamento por intermédio do presidente do tribunal. Feita a requisição, competirá ao juiz da execução, após ouvido o MP, determinar o sequestro de bens quando preterida a ordem de pagamento dos precatórios.*

CPC-1973

Art. 685-A. *É lícito ao exeqüente, oferecendo preço não inferior ao da avaliação, **requerer** lhe sejam **adjudicados** os bens penhorados.*

§ 1º *Se o valor do crédito for inferior ao dos bens, o adjudicante depositará de imediato a diferença, ficando esta à disposição do executado; se superior, a execução prosseguirá pelo saldo remanescente.*

§ 2º *Idêntico **direito** pode ser exercido pelo credor com garantia real, pelos credores concorrentes que hajam penhorado o mesmo bem, pelo cônjuge, pelos descendentes ou ascendentes do executado.*

§ 3º *Havendo mais de um pretendente, proceder-se-á entre eles à licitação; em igualdade de oferta, terá preferência o cônjuge, descendente ou ascendente, nessa ordem.*

XV CONCURSO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª REGIÃO – CESPE - 2013

QUESTÃO 51

Assinale a opção correta com relação ao processo de execução.

- A) Na execução por quantia certa fundada em título extrajudicial, é de quinze dias o prazo para que o executado ofereça embargos do devedor, contados da juntada, aos autos, da intimação da penhora realizada.*
- B) A regra de que a competência para julgamento dos embargos do devedor, na execução por carta precatória, deva ocorrer pelo juiz deprecante é excepcionada para a hipótese de embargos, apresentados no juízo deprecado, que versem unicamente sobre vícios da penhora.*
- C) Se o julgador verificar que os bens penhorados são suficientes para a satisfação integral do crédito da parte exequente, poderá valer-se do poder geral de cautela e determinar, de ofício, a adjudicação dos bens em favor do credor.*
- D) A fixação de multa como meio de coerção para o cumprimento de obrigação de fazer (astreintes) é possível exclusivamente na hipótese de execução de título judicial.*
- E) Na execução por quantia certa contra a fazenda pública, o juiz requisitará o pagamento por intermédio do presidente do tribunal. Feita a requisição, competirá ao juiz da execução, após ouvido o MP, determinar o sequestro de bens quando preterida a ordem de pagamento dos precatórios.*

CPC-1973

Art. 645. *Na execução de obrigação de fazer ou não fazer, fundada em título extrajudicial, o juiz, ao despachar a inicial, **fixará multa por dia de atraso** no cumprimento da obrigação e a data a partir da qual será devida.*

Parágrafo único. *Se o valor da multa estiver previsto no título, o juiz poderá reduzi-lo se excessivo.*

XV CONCURSO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª REGIÃO – CESPE - 2013

QUESTÃO 51

Assinale a opção correta com relação ao processo de execução.

- A) Na execução por quantia certa fundada em título extrajudicial, é de quinze dias o prazo para que o executado ofereça embargos do devedor, contados da juntada, aos autos, da intimação da penhora realizada.*
- B) A regra de que a competência para julgamento dos embargos do devedor, na execução por carta precatória, deva ocorrer pelo juiz deprecante é excepcionada para a hipótese de embargos, apresentados no juízo deprecado, que versem unicamente sobre vícios da penhora.*
- C) Se o julgador verificar que os bens penhorados são suficientes para a satisfação integral do crédito da parte exequente, poderá valer-se do poder geral de cautela e determinar, de ofício, a adjudicação dos bens em favor do credor.*
- D) A fixação de multa como meio de coerção para o cumprimento de obrigação de fazer (astreintes) é possível exclusivamente na hipótese de execução de título judicial.*
- E) Na execução por quantia certa contra a fazenda pública, o juiz requisitará o pagamento por intermédio do presidente do tribunal. Feita a requisição, competirá ao juiz da execução, após ouvido o MP, determinar o sequestro de bens quando preterida a ordem de pagamento dos precatórios.*

CPC-1973

Art. 730. *Na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, citar-se-á a devedora para opor embargos em 10 (dez) dias; se esta não os opuser, no prazo legal, observar-se-ão as seguintes regras:*

I - o juiz requisitará o pagamento por intermédio do presidente do tribunal competente;

II - far-se-á o pagamento na ordem de apresentação do precatório e à conta do respectivo crédito.

Art. 731. *Se o credor for preterido no seu direito de preferência, o **presidente do tribunal**, que expediu a ordem, poderá, depois de ouvido o chefe do Ministério Público, **ordenar o seqüestro** da quantia necessária para satisfazer o débito.*

CF

Art. 100. *Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.*

(...)

§ 6º *As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento integral e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para os casos de preterimento de seu direito de precedência ou de não alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do seu débito, o sequestro da quantia respectiva.*

XV CONCURSO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª REGIÃO – CESPE - 2013

QUESTÃO 51

Assinale a opção correta com relação ao processo de execução.

A) Na execução por quantia certa fundada em título extrajudicial, é de quinze dias o prazo para que o executado ofereça embargos do devedor, contados da juntada, aos autos, da intimação da penhora realizada.

B) A regra de que a competência para julgamento dos embargos do devedor, na execução por carta precatória, deva ocorrer pelo juiz deprecante é excepcionada para a hipótese de embargos, apresentados no juízo deprecado, que versem unicamente sobre vícios da penhora.

C) Se o julgador verificar que os bens penhorados são suficientes para a satisfação integral do crédito da parte exequente, poderá valer-se do poder geral de cautela e determinar, de ofício, a adjudicação dos bens em favor do credor.

D) A fixação de multa como meio de coerção para o cumprimento de obrigação de fazer (astreintes) é possível exclusivamente na hipótese de execução de título judicial.

E) Na execução por quantia certa contra a fazenda pública, o juiz requisitará o pagamento por intermédio do presidente do tribunal. Feita a requisição, competirá ao juiz da execução, após ouvido o MP, determinar o sequestro de bens quando preterida a ordem de pagamento dos precatórios.

XV CONCURSO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª REGIÃO – CESPE - 2013

QUESTÃO 52

No que concerne aos procedimentos especiais, assinale opção correta.

- A) Nas ações possessórias, não poderá o réu invocar a exceção de domínio em sua defesa, mas, por previsão expressa no CPC, poderá, na pendência do processo possessório, intentar ação de reconhecimento do domínio, que deverá ser distribuída, por prevenção, ao mesmo juízo em que tramitar a ação possessória.*
- B) Os embargos de terceiro constituem meio de defesa e, por isso, não estão sujeitos aos requisitos da petição inicial.*
- C) Ajuizada ação de atentado incidente à ação principal que já se encontra em grau de recurso, a competência para o julgamento do atentado será do tribunal ad quem.*
- D) Nos procedimentos especiais de jurisdição voluntária, o julgador não está obrigado a observar critério de legalidade estrita.*
- E) A sentença de procedência proferida em ação de usucapião tem natureza constitutiva, conferindo ao autor a aquisição derivada da propriedade, mediante o seu registro no cartório de registro de imóveis.*

Súmula do STF - Enunciado n. 487.

SERÁ DEFERIDA A POSSE A QUEM, EVIDENTEMENTE, TIVER O DOMÍNIO, SE COM BASE NESTE FOR ELA DISPUTADA.

CPC-1973

Art. 923. *Na pendência do processo possessório, é defeso, assim ao autor como ao réu, intentar a ação de reconhecimento do domínio.*

XV CONCURSO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª REGIÃO – CESPE - 2013

QUESTÃO 52

No que concerne aos procedimentos especiais, assinale opção correta.

- A) Nas ações possessórias, não poderá o réu invocar a exceção de domínio em sua defesa, mas, por previsão expressa no CPC, poderá, na pendência do processo possessório, intentar ação de reconhecimento do domínio, que deverá ser distribuída, por prevenção, ao mesmo juízo em que tramitar a ação possessória.*
- B) Os embargos de terceiro constituem meio de defesa e, por isso, não estão sujeitos aos requisitos da petição inicial.*
- C) Ajuizada ação de atentado incidente à ação principal que já se encontra em grau de recurso, a competência para o julgamento do atentado será do tribunal ad quem.*
- D) Nos procedimentos especiais de jurisdição voluntária, o julgador não está obrigado a observar critério de legalidade estrita.*
- E) A sentença de procedência proferida em ação de usucapião tem natureza constitutiva, conferindo ao autor a aquisição derivada da propriedade, mediante o seu registro no cartório de registro de imóveis.*

CPC-1973

Art. 1.050. *O embargante, em petição elaborada **com observância do disposto no art. 282**, fará a prova sumária de sua posse e a qualidade de terceiro, oferecendo documentos e rol de testemunhas.*

(...)

§ 3º *A citação será pessoal, se o embargado não tiver procurador constituído nos autos da ação principal.*

XV CONCURSO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª REGIÃO – CESPE - 2013

QUESTÃO 52

No que concerne aos procedimentos especiais, assinale opção correta.

- A) Nas ações possessórias, não poderá o réu invocar a exceção de domínio em sua defesa, mas, por previsão expressa no CPC, poderá, na pendência do processo possessório, intentar ação de reconhecimento do domínio, que deverá ser distribuída, por prevenção, ao mesmo juízo em que tramitar a ação possessória.*
- B) Os embargos de terceiro constituem meio de defesa e, por isso, não estão sujeitos aos requisitos da petição inicial.*
- C) Ajuizada ação de atentado incidente à ação principal que já se encontra em grau de recurso, a competência para o julgamento do atentado será do tribunal ad quem.*
- D) Nos procedimentos especiais de jurisdição voluntária, o julgador não está obrigado a observar critério de legalidade estrita.*
- E) A sentença de procedência proferida em ação de usucapião tem natureza constitutiva, conferindo ao autor a aquisição derivada da propriedade, mediante o seu registro no cartório de registro de imóveis.*

CPC-1973

Art. 880. *A petição inicial será autuada em separado, observando-se, quanto ao procedimento, o disposto nos arts. 802 e 803.*

Parágrafo único. *A ação de atentado será processada e julgada pelo **juiz que conheceu originariamente da causa principal, ainda que esta se encontre no tribunal.***

XV CONCURSO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª REGIÃO – CESPE - 2013

QUESTÃO 52

No que concerne aos procedimentos especiais, assinale opção correta.

- A) Nas ações possessórias, não poderá o réu invocar a exceção de domínio em sua defesa, mas, por previsão expressa no CPC, poderá, na pendência do processo possessório, intentar ação de reconhecimento do domínio, que deverá ser distribuída, por prevenção, ao mesmo juízo em que tramitar a ação possessória.*
- B) Os embargos de terceiro constituem meio de defesa e, por isso, não estão sujeitos aos requisitos da petição inicial.*
- C) Ajuizada ação de atentado incidente à ação principal que já se encontra em grau de recurso, a competência para o julgamento do atentado será do tribunal ad quem.*
- D) Nos procedimentos especiais de jurisdição voluntária, o julgador não está obrigado a observar critério de legalidade estrita.*
- E) A sentença de procedência proferida em ação de usucapião tem natureza constitutiva, conferindo ao autor a aquisição derivada da propriedade, mediante o seu registro no cartório de registro de imóveis.*

CPC-1973

Art. 1.109. *O juiz decidirá o pedido no prazo de 10 (dez) dias; não é, porém, obrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que reputar mais conveniente ou oportuna.*

XV CONCURSO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª REGIÃO – CESPE - 2013

QUESTÃO 52

No que concerne aos procedimentos especiais, assinale opção correta.

- A) Nas ações possessórias, não poderá o réu invocar a exceção de domínio em sua defesa, mas, por previsão expressa no CPC, poderá, na pendência do processo possessório, intentar ação de reconhecimento do domínio, que deverá ser distribuída, por prevenção, ao mesmo juízo em que tramitar a ação possessória.*
- B) Os embargos de terceiro constituem meio de defesa e, por isso, não estão sujeitos aos requisitos da petição inicial.*
- C) Ajuizada ação de atentado incidente à ação principal que já se encontra em grau de recurso, a competência para o julgamento do atentado será do tribunal ad quem.*
- D) Nos procedimentos especiais de jurisdição voluntária, o julgador não está obrigado a observar critério de legalidade estrita.*
- E) A sentença de procedência proferida em ação de usucapião tem natureza constitutiva, conferindo ao autor a aquisição derivada da propriedade, mediante o seu registro no cartório de registro de imóveis.*

RECURSO ESPECIAL. HIPOTECA JUDICIAL DE GLEBA DE TERRAS. POSTERIOR PROCEDÊNCIA DE AÇÃO DE USUCAPIÃO DE PARTE DAS TERRAS HIPOTECADAS. PARTICIPAÇÃO DO CREDOR HIPOTECÁRIO NA AÇÃO DE USUCAPIÃO COMO ASSISTENTE DO RÉU. AUSÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. PREVALÊNCIA DA USUCAPIÃO. **EFEITOS EX TUNC DA SENTENÇA DECLARATÓRIA**. CANCELAMENTO PARCIAL DA HIPOTECA JUDICIAL. RECURSO DESPROVIDO.

1 - Assegurada ao primitivo credor hipotecário participação na posterior ação de usucapião, não se pode ter como ilegal a decisão que reconhece ser a **usucapião modo originário de aquisição da propriedade** e, portanto, prevalente sobre os direitos reais de garantia que anteriormente gravavam a coisa. Precedentes.

2 - Recurso especial desprovido.

(REsp 620.610/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 03/09/2013, DJe 19/02/2014)

XV CONCURSO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª REGIÃO – CESPE - 2013

QUESTÃO 52

No que concerne aos procedimentos especiais, assinale opção correta.

- A) Nas ações possessórias, não poderá o réu invocar a exceção de domínio em sua defesa, mas, por previsão expressa no CPC, poderá, na pendência do processo possessório, intentar ação de reconhecimento do domínio, que deverá ser distribuída, por prevenção, ao mesmo juízo em que tramitar a ação possessória.*
- B) Os embargos de terceiro constituem meio de defesa e, por isso, não estão sujeitos aos requisitos da petição inicial.*
- C) Ajuizada ação de atentado incidente à ação principal que já se encontra em grau de recurso, a competência para o julgamento do atentado será do tribunal ad quem.*
- D) Nos procedimentos especiais de jurisdição voluntária, o julgador não está obrigado a observar critério de legalidade estrita.*
- E) A sentença de procedência proferida em ação de usucapião tem natureza constitutiva, conferindo ao autor a aquisição derivada da propriedade, mediante o seu registro no cartório de registro de imóveis.*